

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Recurso Administrativo - Autos de Infração nº: **004/18** e **065/18**

Fornecedor: Banco Mercantil do Brasil (0305) CNPJ 17.184.037/0305-51

EMENTA: Ação de Fiscalização de Bancos 2018. Instalação de armários guarda-volumes. Lei Municipal 3219/17. Recurso necessário administrativo. Art. 52, Decreto nº 2.181/97. Auto de infração julgado insubsistente por ausência de infração. Decisão de 1º grau mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Vistos etc.,

Trata-se de recurso administrativo de ofício, encaminhado através de remessa necessária do Procon, nos termos do art. 52, do Decreto nº 2.181/97.

O Procon, no exercício do 1º grau de jurisdição administrativa, julgou insubsistente os autos de fiscalização pela ausência de infração, conforme decisão de 1ª instância.

Considerando a análise dos autos e revisando a decisão de insubsistência, não foi verificada nenhuma irregularidade no momento da fiscalização.

Em sendo assim, não tendo verificado qualquer vício ou nulidade **confirmando em grau de recurso a decisão de 1º grau**, por seus próprios e jurídicos fundamentos, determinando a baixa e arquivamento dos autos em caráter definitivo, sem aplicação de penalidades, nos termos do art. 49 do Decreto 2.181/97.

Retorne os autos a 1ª instância. Intime-se. Publique-se.

Itajubá-MG, 5 de outubro de 2018.

Israel Gustavo Guimarães dos Santos

Secretário Municipal de Governo

2ª Instância Administrativa Procon
(Lei Complementar Mun. 9/2001, art. 16)